



Defensoria
Pública
BAHIA

Análise dos custos dos processos de Usucapião em Salvador-BA



Análise dos custos dos processos de Usucapião em Salvador-BA





Defensoria Pública
BAHIA

Análise dos custos dos processos de Usucapião em Salvador-BA

Copyright© 2022 Defensoria Pública do Estado da Bahia

Permitida a reprodução de qualquer parte desta edição, desde que citada a fonte.

Projeto gráfico: Lucas Josué Dias - Designer ASCOM DPE/BA

Diagramação: Geovane Depa Borges - Designer ASCOM DPE/BA

Coordenação Editorial e de Produção: Assessoria de Comunicação Social DPE/BA

Tiragem: 1ª edição (digital)

D313a

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Análise dos custos dos processos de usucapião em Salvador - Ba. / Defensoria Pública do Estado da Bahia. - 1a ed. - Salvador: ESDEP, 2022. 16p.: il

Autoria: Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Apoio: Núcleo de Prevenção, Mediação e Regularização Fundiária Urbana e Direito à Moradia

1. Defensoria Pública. 2. Direito Civil. 3. Usucapião. I. Título.

CDD 342.123

Ficha catalográfica: Adriana Vasconcelos Conceição – CRB/5: 1885/O

Defensoria Pública do Estado da Bahia

Avenida Ulisses Guimarães, nº 3.386, Edf. Multicab Empresarial

CEP – 41.219-400, Sussuarana, Salvador-BA

Defensor Público-Geral do Estado da Bahia

Rafson Saraiva Ximenes

Subdefensora Público-Geral do Estado da Bahia

Firmiane Venâncio do Carmo Souza

Coordenadora das Defensorias Públicas Especializadas

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

Coordenador das Defensorias Públicas Regionais

Walter Nunes Fonseca Junior

Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia

Clériston Cavalcante de Macêdo

Coordenadoras da Defensoria Pública Especializada de Direitos Humanos

Eva dos Santos Rodrigues

Lívia Silva de Almeida

Núcleo de Prevenção, Mediação e Regularização Fundiária Urbana e Direito à Moradia

Alex Raposo dos Santos

Pedro de Souza Fialho

Bethânia Ferreira de Souza

Este relatório foi produzido pela Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas da Defensoria Pública do Estado da Bahia

Assessora de Gabinete

Fernanda Nunes Morais da Silva

Servidores(as)

Iolanda de Carvalho de Pinho

Henrique Breda Foltz Cavalcanti

Estagiários

Francisco Argeu Lopes de Oliveira Júnior

Nalessa Paraízo dos Santos

Coordenação de Modernização e Informática

Thales Almeida - Coordenador

Alexandro Teles de Oliveira

Diltomar Souza Aleluia

Elian Conceição Luz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
OBJETIVO E METODOLOGIA	9
ANÁLISE DESCRITIVA.....	10
INTERVALO DE CONFIANÇA PARA ESTIMAÇÃO DA MÉDIA DOS CUSTOS TOTAIS.....	18
REFERÊNCIAS	18

INTRODUÇÃO

No ano de 2020, a partir de solicitação do Núcleo de Prevenção, Mediação e Regularização Fundiária, vinculado à Especializada de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado da Bahia, em conjunto com a Assessoria de Pesquisas Estratégicas, publicou pesquisa que teve por objeto as Ações de Usucapião ajuizadas pelo Núcleo entre os anos de 2014 e 2018.

Com efeito, essa primeira pesquisa destinou-se a satisfazer as seguintes indagações: qual é a modalidade de usucapião mais utilizada? Qual o tempo médio dos processos de usucapião? Qual o tempo médio de cada etapa dos processos de usucapião? Quantos processos de usucapião encerraram-se com resolução de mérito? Em quais localidades do mapa soteropolitano encontram-se os imóveis objetos de usucapião nos processos que tramitam sob patrocínio da DPE/BA? Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) encontrada(s) para o regular trâmite de um processo de usucapião?

As respostas encontradas a partir da realização da pesquisa permitiram traçar estratégias rumo a uma atuação mais efetiva e eficiente por parte do Núcleo de Prevenção, Mediação e Regularização Fundiária, mas, por outro lado, fez nascer outra indagação, que agora deu azo à realização desta nova pesquisa: quais os custos envolvidos na tramitação de um processo de usucapião? Quanto custa aos cofres públicos um processo de usucapião?

Foi realizada, então, pesquisa de viés quantitativo, a partir da metodologia a seguir exposta. Os resultados são ora apresentados e submetidos a público para análise e apreciação.

OBJETIVO E METODOLOGIA

O objetivo principal do estudo está em inferir a média do custo total de processos de usucapião acompanhados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia. Para tanto, foram utilizados os valores de processos de uma amostra aleatória simples e sem reposição de tamanho 207, extraída de uma população de 607 processos de usucapião.

Além do cálculo da média da amostra extraída, também será estimado um intervalo de confiança, uma vez que, calculando apenas a média de custos dos processos, não temos informação sobre a magnitude do possível erro que estejamos cometendo. A construção de um intervalo que contenha, com certo nível de confiança, a média populacional contida nele é de grande utilidade para tirar-se conclusões mais confiáveis dos resultados.

ANÁLISE DESCRITIVA

Para iniciar o estudo do custo médio dos atos processuais dos processos de usucapião inicialmente, será feito um breve resumo individual de cada ato.

TIPO DE GASTO	MÍNIMO (R\$)	MÁXIMO (R\$)	1º QUARTIL (R\$)	MEDIANA (R\$)	3º QUARTIL (R\$)	MÉDIA (R\$)
Costa valor da causa	229,80	13843,90	1450,20	2156,90	3245,30	2511,40
Citações Proprietário registral	0,00	651,54	0,00	0,00	0,00	14,41
Publicações de editais	0,00	70,12	0,00	30,95	33,06	24,20
Citações confinantes	0,00	938,01	0,00	38,34	208,52	119,54
Intimações entes federativos	0,00	325,77	12,17	28,50	38,34	32,02
Intimações para audiências	0,00	434,36	0,00	0,00	0,00	10,12

Tabela 1: Estatísticas dos custos por etapa

Na Tabela 1 são observadas algumas estatísticas dos atos processuais, os quais compõem o custo total da amostra dos processos de usucapião. Notamos que o ato de custas - valor da causa é o único que possui valor mínimo observado (R\$ 229,80). Custas - valor da causa também é a espécie de ato que individualmente apresentou o maior valor dentre todos, com um custo de R\$ 13.843,90, seguida das citações dos confinantes de um dos processos, as quais consumiram um valor de R\$ 938,01. Pode-se observar ainda que 25% dos atos referentes a custas - valor da causa tiveram valores iguais ou inferiores a R\$ 1.450,20. Já para as intimações de entes federativos, 25% dos valores foram inferiores a R\$ 12,77. Ainda para custas-valor da causa, 75% dos processos apresentaram valores iguais ou inferiores a R\$

3.245,30, enquanto para as citações dos confinantes, 75% dos valores foram iguais ou inferiores a R\$ 208,52. Uma importante informação é que 50% dos atos de custas - valor da causa tiveram valores iguais ou inferiores a R\$ 2.511,40.

Para avaliar o total dos custos, que é a soma dos valores dos atos processuais em cada processo da amostra, foram utilizados gráficos capazes de mostrar o comportamento e a distribuição dos dados, como podemos observar na Figura 1. Notamos que o histograma apresenta uma forte assimetria à direita e que a maior parte dos processos apresentaram custos entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00. Com a observação do gráfico *boxplot*, notamos a presença de alguns valores discrepantes, isto é, muito distantes da média do conjunto de valores. No gráfico esses valores discrepantes aparecem ao lado direito do *boxplot*, com custos entre R\$ 6.000,00 e R\$ 14.000,00.

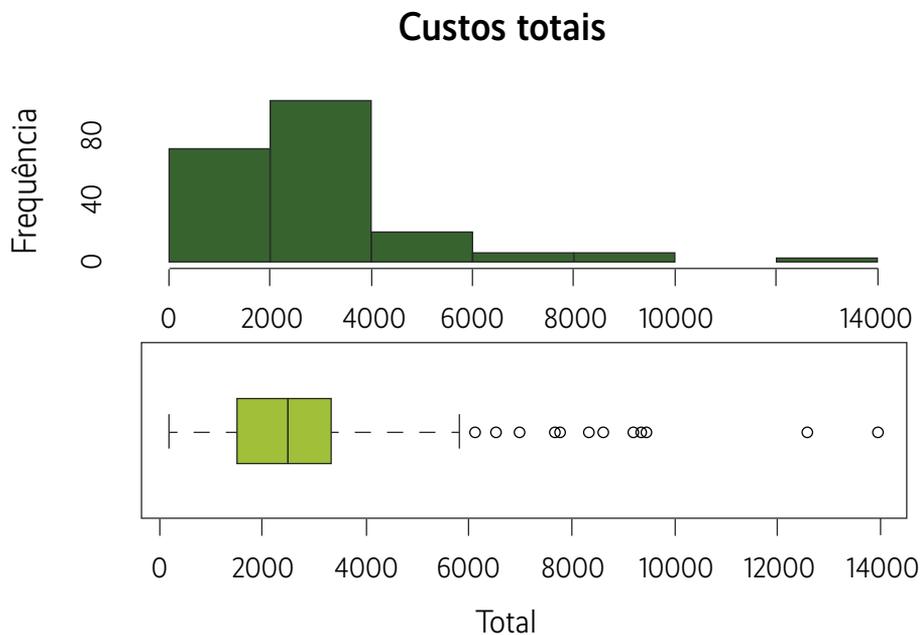


Gráfico 1: Custos totais

INTERVALO DE CONFIANÇA PARA ESTIMAÇÃO DA MÉDIA DOS CUSTOS TOTAIS

Um nível de confiança representa a proporção de amostras que conteriam um determinado parâmetro (medida calculada, extraída a partir de dados de uma população) caso fossem extraídas inúmeras amostras de uma mesma população. Na Figura 2 é observado o conceito de um nível de confiança de 95%.

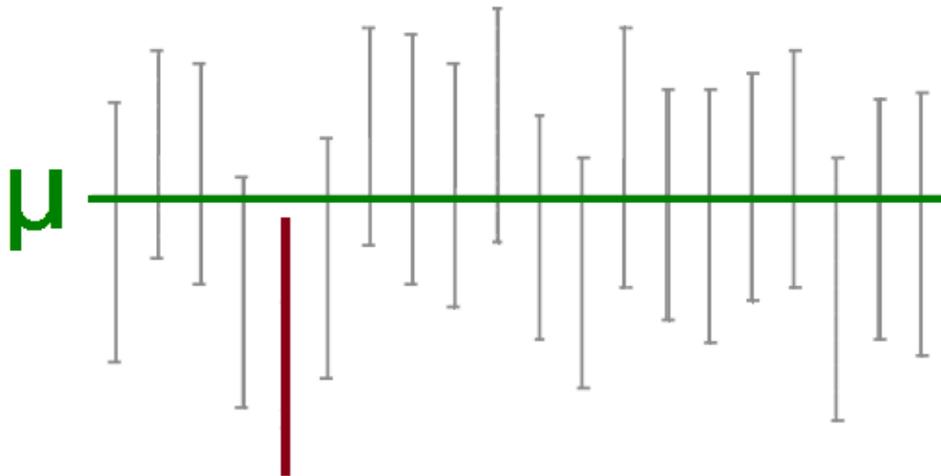


Gráfico 2: Nível de confiança

A barra horizontal representa a média populacional e as barras verticais representam diferentes amostras extraídas aleatoriamente da população que possui essa média. Observa-se que, das 20 barras verticais, uma delas não cruza a linha horizontal e representa os 5% das amostras que não conteriam a verdadeira média populacional de forma eficiente.

Contudo, é comum que a estimação pontual de uma medida da população, por exemplo a média, não apresente o valor populacional exato. Então, é indicado calcular um intervalo que esteja entre os 95% de intervalos nos quais, com determinado nível de confiança, possamos afirmar que a média populacional esteja inserida.

Para o caso dos processos de usucapião será construído um intervalo de confiança para média populacional dos custos de um processo com probabilidade $(1-\alpha)$ (conhecido como nível de confiança) de que o intervalo contenha a média populacional, em que α é o nível de significância, ou seja, o erro assumido para calcular-se o intervalo. Então, para um nível de confiança de 95%, $\alpha=5\%$.

Para construção do intervalo de confiança para a média e variância desconhecidas, utilizaremos a seguinte expressão:

$$I. C(1 - \alpha): \underline{x} - z_{\frac{\alpha}{2}} \frac{s}{\sqrt{n}} \leq \mu \leq \underline{x} + z_{\frac{\alpha}{2}} \frac{s}{\sqrt{n}}, \text{ em que:}$$

- $(1 - \alpha)$ é o nível de confiança;
- \underline{x} é a média amostral;
- $z_{\frac{\alpha}{2}}$ é o valor crítico;
- s é o desvio padrão da amostra obtida;
- n equivale ao tamanho da amostra;
- μ é a média populacional, que é o parâmetro desconhecido que queremos estimar.

Porém, de acordo com Berenson, M. L., Levine, D. M. e Szabat (2013), para intervalos de confiança de populações finitas e caso seja N o tamanho da população, $\frac{n}{N} > 0,05$ isto é, mais de 5% da população esteja amostrada, podemos usar o fator de correção de população finita, dado por $\sqrt{\frac{N-n}{N-1}}$, que reduzirá significativamente a amplitude do intervalo de confiança calculado.

Verificando que nossa amostra tem tamanho $n = 207$, que a população tem tamanho $N = 607$ e que $\frac{207}{607} = 0,34$, ou seja, que mais do que 5% da população faz parte da nossa amostra, optou-se por fazer uso do fator de correção, ficando a equação da seguinte forma:

$$I. C(1 - \alpha): \underline{x} - z_{\frac{\alpha}{2}} \frac{s}{\sqrt{n}} \sqrt{\frac{N-n}{N-1}} \leq \mu \leq \underline{x} + z_{\frac{\alpha}{2}} \frac{s}{\sqrt{n}} \sqrt{\frac{N-n}{N-1}}$$

Os resultados obtidos na construção de um intervalo com 95% de confiança são apresentados na Tabela 2.

Intervalo de confiança (95%)		
Limite inferior	Média	Limite superior
2474,92	2711,68	2948,45

Tabela 2: Intervalo de confiança

Observando os resultados expressos na Tabela 2, podemos dizer que o custo médio total dos atos processuais dos processos de usucapião acompanhados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia gira em torno de R\$ 2.711,68, sendo que com 95% de confiança é possível afirmar que o custo médio dos processos se encontra entre R\$ 2.474,92 e 2.948,45.

REFERÊNCIAS

Berenson, M. L. Levine, D. M. and Szabat. Basic Business Statistics. Editora Pearson, 2013.



Só de telefone fixo



agenda.defensoria.ba.def.br
ou pelo app Defensoria Bahia

Só em Salvador



DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA



Defensoria Pública
BAHIA

Siga nossas redes sociais: @defensoriabahia



www.defensoria.ba.def.br